REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

O PAPEL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

THE ROLE OF PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS IN THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF MOZAMBIQUE IN THE CONTEXT OF INTERNATIONAL COOPERATION

EL PAPEL DE LAS ASOCIACIONES PÚBLICO-PRIVADAS EN EL DESARROLLO ECONÓMICO DE MOZAMBIQUE EN EL CONTEXTO DE LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL

Alexandre Justino Nhanombe[1]

e737374
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i3.7374

PUBLICADO: 03/2026

RESUMO

As Parcerias Público-Privadas (PPP) têm-se afirmado como instrumentos centrais para mobilizar recursos e promover a execução de projetos estratégicos em países em desenvolvimento. Em Moçambique, o seu uso tem crescido no quadro da cooperação internacional, sobretudo nos sectores de energia, transportes, telecomunicações e agricultura. O presente artigo aborda sobre o papel das Parcerias Público-Privadas no desenvolvimento económico de Moçambique no contexto da cooperação internacional. O objetivo geral é analisar o papel das Parcerias Público-Privadas no desenvolvimento económico de Moçambique no contexto da cooperação internacional. Quanto à metodologia, o estudo recorreu a uma abordagem qualitativa, quanto ao objetivo é uma pesquisa exploratória, quanto à escolha do objeto de estudo é classificada como estudo de caso único. Quanto a técnica de recolha de dados destaca-se a pesquisa bibliográfica, quanto a técnica de análise de dados optou-se pela análise de conteúdo. Os resultados indicam que as PPP favorecem o investimento, a transferência de tecnologia e a modernização de infraestruturas; contudo, persistem desafios relativos à transparência, capacidade institucional e inclusão social. Conclui-se que um enquadramento regulatório eficaz e uma governação participativa são condições essenciais para que as PPP promovam um desenvolvimento sustentável e equitativo em Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE: Parcerias Público-Privadas. Cooperação Internacional. Desenvolvimento Económico. Moçambique.

ABSTRACT

Public-Private Partnerships (PPPs) have established themselves as central instruments for mobilizing resources and promoting the implementation of strategic projects in developing countries. In Mozambique, their use has grown within the framework of international cooperation, particularly in the sectors of energy, transport, telecommunications, and agriculture. This article examines the role of Public-Private Partnerships in the economic development of Mozambique within the context of international cooperation. The general objective is to analyze the role of Public-Private Partnerships in Mozambique's economic development in the context of international cooperation. Regarding the methodology, the study adopted a qualitative approach; in terms of its objective, it is classified as exploratory research; and regarding the choice of the research object, it is characterized as a single case study. Concerning data collection techniques, bibliographic research was used, while content analysis was adopted as the data analysis technique. The results indicate that PPPs

[1] Engenheiro de Minas, graduado pelo Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT). Mestrando em Gestão de Projetos de Desenvolvimento pela Universidade Católica de Moçambique-Faculdade de Gestão de Recursos Naturais e Mineralogia (FAGRENM).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

promote investment, technology transfer, and infrastructure modernization; however, challenges related to transparency, institutional capacity, and social inclusion persist. It is concluded that an effective regulatory framework and participatory governance are essential conditions for PPPs to promote sustainable and equitable development in Mozambique.

***KEYWORDS**: Public-Private Partnerships. Economic Development. International Cooperation. Mozambique.*

RESUMEN
Las Asociaciones Público-Privadas (APP) se han consolidado como instrumentos centrales para movilizar recursos y promover la ejecución de proyectos estratégicos en países en desarrollo. En Mozambique, su uso ha crecido en el marco de la cooperación internacional, especialmente en los sectores de energía, transporte, telecomunicaciones y agricultura. El presente artículo aborda el papel de las Asociaciones Público-Privadas en el desarrollo económico de Mozambique en el contexto de la cooperación internacional. El objetivo general es analizar el papel de las Asociaciones Público-Privadas en el desarrollo económico de Mozambique en el marco de la cooperación internacional. En cuanto a la metodología, el estudio adoptó un enfoque cualitativo; en cuanto al objetivo, se trata de una investigación exploratoria; y en cuanto a la elección del objeto de estudio, se clasifica como un estudio de caso único. En relación con las técnicas de recolección de datos, se utilizó la investigación bibliográfica, mientras que para el análisis de los datos se optó por el análisis de contenido. Los resultados indican que las APP favorecen la inversión, la transferencia de tecnología y la modernización de infraestructuras; sin embargo, persisten desafíos relacionados con la transparencia, la capacidad institucional y la inclusión social. Se concluye que un marco regulatorio eficaz y una gobernanza participativa son condiciones esenciales para que las APP promuevan un desarrollo sostenible y equitativo en Mozambique.

***PALABRAS CLAVE**: Asociaciones Público-Privadas. Cooperación Internacional. Desarrollo Económico. Mozambique.*

INTRODUÇÃO

O crescimento económico sustentável continua a ser um dos maiores desafios para Moçambique, um país com vastos recursos naturais, mas também com limitações estruturais significativas. Desde o início das reformas económicas, a necessidade de modernizar infraestruturas e diversificar a economia levou o Estado a procurar soluções que combinem eficiência, financiamento e partilha de riscos. Entre essas soluções destacam-se as Parcerias Público-Privadas (PPP), que permitem ao sector público associar-se ao privado para executar projetos de interesse coletivo.

As PPP tornaram-se particularmente relevantes no contexto da cooperação internacional, pois atraem capitais estrangeiros, estimulam a transferência de tecnologia e alinham investimentos com as metas globais de desenvolvimento sustentável. Em Moçambique, estas parcerias têm sido utilizadas em projetos emblemáticos, como a Hidroelétrica de Cahora Bassa, as concessões do Porto de Maputo e a exploração do gás natural na Bacia do Rovuma. Apesar das oportunidades, vários estudos alertam para problemas de transparência, desigualdade na distribuição de benefícios e frágil capacidade de supervisão estatal (Castel-Branco, 2014; Hanlon; Mosse, 2010).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Neste artigo, procura-se analisar o papel das PPP no desenvolvimento económico de Moçambique, destacando as potencialidades e os riscos inerentes à sua implementação.

Pergunta de partida

Qual é o contributo das Parcerias Público-Privadas para o desenvolvimento económico de Moçambique, no âmbito da cooperação internacional, e quais são os seus principais desafios e perspectivas?

OBJETIVOS

Objetivo geral

- Analisar o papel das Parcerias Público-Privadas no desenvolvimento económico de Moçambique no contexto da cooperação internacional.

Objetivos específicos

- Descrever o enquadramento legal e institucional das PPP em Moçambique, considerando o apoio da cooperação internacional;
- Identificar os principais sectores onde as PPP têm sido aplicadas e os respectivos impactos económicos e sociais;
- Avaliar desafios e oportunidades das PPP, propondo recomendações para melhorar a sua eficácia e sustentabilidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As Parcerias Público-Privadas (PPP) são definidas como acordos contratuais entre o sector público e entidades privadas destinadas à conceição, financiamento, construção, gestão ou manutenção de infraestruturas e serviços públicos (Banco Mundial, 2020). Para Yescombe (2018), “uma PPP é uma relação de longo prazo em que cada parte partilha riscos, responsabilidades e recompensas”, o que explica o seu uso crescente em sectores estratégicos, sobretudo quando os governos enfrentam restrições orçamentais.

Perspectivas Teóricas

A literatura sobre PPP insere-se em diferentes abordagens. A teoria da modernização entende as PPP como instrumentos para acelerar o crescimento económico, ao trazerem tecnologia, eficiência de gestão e capital (Todaro; Smith, 2020). Segundo essa lógica, as parcerias criam um ambiente propício ao investimento e impulsionam o sector privado nacional.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Por outro lado, a teoria da dependência alerta para a possibilidade de as PPP reforçarem relações assimétricas entre países em desenvolvimento e corporações estrangeiras (Frank, 1967). Castel-Branco (2014) observa que, em Moçambique, certos contratos de grande escala "reproduzem padrões históricos de subordinação", quando não há mecanismos eficazes de negociação e fiscalização.

Mais recentemente, as abordagens de governança colaborativa enfatizam que o sucesso das PPP depende de arranjos institucionais sólidos, transparência e participação social (Hodge; Greve, 2018). Essa perspectiva destaca que os contratos devem equilibrar eficiência económica e interesse público.

Experiências Internacionais

A análise de experiências estrangeiras oferece referências úteis para Moçambique.

Na África do Sul, o Programa Nacional de PPP, iniciado em 1997, permitiu avanços em transportes, saúde e prisões. Segundo Akintoye e Beck (2021), a existência de uma "unidade central de PPP, com critérios claros de avaliação, contribuiu para projetos mais sustentáveis".

No Brasil, as PPP ganharam força após a Lei n.º 11.079/2004, sobretudo em saneamento e rodovias. Carvalho e Lazzarini (2022) destacam que "a combinação de financiamento público e privado foi decisiva para ampliar o acesso a serviços básicos", embora problemas de regulação e judicialização tenham surgido.

Em Portugal, projetos como a rede rodoviária SCUT e hospitais em regime de parceria demonstram que, quando a repartição de riscos é clara, as PPP podem atingir níveis elevados de qualidade e eficiência (Sarmento; Renneboog, 2019). Contudo, debates sobre custos fiscais evidenciam a necessidade de análises de custo-benefício rigorosas.

Lição para Moçambique

A comparação com outros contextos sugere que o sucesso das PPP depende de três fatores: (i) marcos legais e institucionais robustos; (ii) mecanismos de fiscalização independentes; e (iii) inclusão de comunidades afetadas nos benefícios dos projetos. Em Moçambique, a Lei n.º 15/2011 estabeleceu princípios de partilha de riscos e transparência, mas a sua implementação enfrenta limitações de capacidade administrativa (PwC, 2017).

Segundo Hanlon e Mosse (2010), "os grandes investimentos, quando não acompanhados de políticas redistributivas, tendem a aprofundar desigualdades", um risco presente em megaprojetos de gás natural ou mineração.

Assim, a fundamentação teórica indica que as PPP podem ser catalisadoras do desenvolvimento económico, desde que inseridas em estratégias de longo prazo, alinhadas com

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

políticas públicas e apoiadas por instituições capazes de garantir contratos equilibrados e resultados socialmente inclusivos.

MÉTODOS

Este estudo adoptou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com um estudo único centrado na realidade moçambicana. A estratégia metodológica baseou-se em pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo, permitindo examinar criticamente as informações disponíveis sobre Parcerias Público-Privadas (PPP) no desenvolvimento económico do país, no contexto da cooperação internacional.

Tipo de pesquisa e desenho do estudo

A investigação é exploratória porque busca compreender fenómenos ainda pouco estudados em Moçambique, identificando categorias, conceitos e relações entre as PPP e as políticas de desenvolvimento económico. A escolha do estudo único justifica-se pelo interesse em analisar em profundidade um caso específico “Moçambique” sem pretender comparar dados quantitativos de vários países, mas recorrendo a referências internacionais para enriquecer a interpretação.

Fontes e critérios de seleção

A recolha de dados concentrou-se em fontes secundárias. Foram examinados: Livros e capítulos académicos sobre PPP, desenvolvimento e cooperação internacional; artigos de revistas científicas indexadas (ex.: Financial Accountability & Management, Revista de Administração Pública); relatórios institucionais de organismos multilaterais, como Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, ONU e FAO; documentos oficiais moçambicanos, incluindo a Lei n.º 15/2011 das PPP e estratégias nacionais de crescimento.

Limitações

Entre as limitações, destaca-se a dependência de fontes secundárias, uma vez que o estudo não incluiu entrevistas nem trabalho de campo. Além disso, a escassez de dados sistemáticos sobre a execução de PPP em Moçambique restringiu a possibilidade de análises estatísticas mais aprofundadas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Análise da literatura e dos documentos oficiais evidencia que as Parcerias Público-Privadas (PPP) desempenham um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento económico de Moçambique, principalmente na mobilização de investimentos para infraestruturas estratégicas. A

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

implementação dessas parcerias, no entanto, apresenta avanços e desafios que refletem a capacidade institucional do país, a qualidade da regulação e a articulação com a cooperação internacional.

Enquadramento legal e institucional

O quadro normativo moçambicano para as PPP foi consolidado com a aprovação da Lei n.º 15/2011, que define princípios para a seleção de parceiros, a partilha de riscos e a transparência contratual. Essa lei criou bases para projetos de grande escala, incluindo concessões portuárias e rodoviárias, empreendimentos energéticos e iniciativas no sector agrícola. Entretanto, autores como Castel-Branco (2014) alertam que a eficácia da legislação depende de uma administração pública capaz de negociar cláusulas equilibradas e fiscalizar a execução dos contratos.

A cooperação internacional tem desempenhado papel essencial nesse processo, financiando estudos de viabilidade e capacitando técnicos estatais. O Banco Mundial (2020) e o Banco Africano de Desenvolvimento (2023) destacam que a criação de unidades especializadas em PPP e a formação contínua de gestores públicos são fatores críticos para garantir contratos mais sustentáveis.

Sectores de aplicação e impactos

No sector energético, projetos como a Hidroelétrica de Cahora Bassa e os megaprojetos de gás natural na Bacia do Rovuma mostram o potencial das PPP para atrair capitais e tecnologias avançadas. Contudo, segundo Hanlon e Mosse (2010), “a distribuição dos benefícios continua concentrada em grupos restritos, deixando comunidades locais à margem”, o que evidencia a necessidade de políticas redistributivas.

Em transportes, concessões como o Porto de Maputo e a Linha de Sena modernizaram corredores logísticos, facilitando exportações de carvão, alumínio e produtos agrícolas. Estudos da PwC (2017) apontam que a eficiência operacional aumentou, mas chamam a atenção para questões de acesso e equidade nos custos cobrados a pequenos operadores.

Na área de telecomunicações, PPP apoiadas por agências multilaterais e investidores regionais expandiram a cobertura digital, permitindo maior inclusão económica e social. Contudo, persistem disparidades entre zonas urbanas e rurais, o que exige estratégias de investimento mais descentralizadas.

O sector agrícola também se beneficiou de PPP, especialmente em projetos de irrigação e agroindústria financiados em parte pela FAO (2018). Esses projetos criaram oportunidades de emprego e melhoraram a produtividade, mas, em alguns casos, geraram conflitos fundiários devido a processos de consulta insuficientes junto às comunidades.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Comparações internacionais

A experiência de outros países fornece elementos úteis para reflexão. Na África do Sul, os contratos de PPP no transporte público e na saúde revelam a importância de mecanismos robustos de avaliação de riscos e partilha equitativa de lucros (Akintoye; Beck, 2021). Em Portugal, as parcerias em hospitais e rodovias mostraram bons resultados quando a fiscalização e a análise de custo-benefício foram rigorosas (Sarmento; Renneboog, 2019). No Brasil, as PPP de saneamento indicam que a presença de agências reguladoras independentes favorece contratos mais equilibrados e serviços de qualidade (Carvalho; Lazzarini, 2022).

Esses exemplos sugerem que Moçambique pode beneficiar-se da adaptação de boas práticas, como cláusulas claras de resolução de disputas, sistemas de auditoria independentes e maior transparência na divulgação de informações contratuais.

Desafios persistentes

Apesar dos progressos, vários obstáculos limitam o impacto pleno das PPP. A assimetria de poder entre o Estado e grandes empresas internacionais pode resultar em contratos desfavoráveis, sobretudo quando há carência de competências técnicas no sector público. A transparência continua a ser um problema recorrente, com documentos contratuais muitas vezes inacessíveis ao público. Além disso, a inclusão social nem sempre é priorizada, o que fragiliza a legitimidade de alguns projetos.

Outro desafio é a dependência de capitais externos, que torna a economia vulnerável a choques internacionais. Essa situação pode ser mitigada com políticas que promovam a participação de investidores nacionais e o fortalecimento de pequenas e médias empresas locais, criando cadeias de valor mais diversificadas.

Síntese interpretativa

Os resultados analisados demonstram que as PPP constituem uma ferramenta importante para dinamizar sectores estratégicos e modernizar infraestruturas em Moçambique. Contudo, a sua eficácia depende de reformas institucionais que ampliem a capacidade do Estado para negociar, regular e fiscalizar, bem como de mecanismos de partilha justa dos benefícios entre investidores e comunidades.

A experiência internacional confirma que as PPP só alcançam objetivos de desenvolvimento sustentável quando combinadas com políticas redistributivas, regulação eficiente e envolvimento social. Para Moçambique, o caminho passa por consolidar o enquadramento legal, profissionalizar gestores públicos e incorporar práticas de transparência e participação cidadã.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo permitiu compreender que as Parcerias Público-Privadas (PPP) ocupam um espaço estratégico no desenvolvimento económico de Moçambique, sobretudo quando integradas ao quadro da cooperação internacional. As evidências analisadas mostram que, ao viabilizar investimentos significativos em infraestruturas, energia, transportes, telecomunicações e agricultura, as PPP contribuem para dinamizar a economia, gerar emprego e ampliar o acesso a serviços essenciais.

Contudo, também ficou evidente que a eficácia dessas parcerias depende de fatores institucionais e regulatórios. A existência de legislação específica, como a Lei n.º 15/2011, representa um avanço, mas a sua aplicação continua condicionada pela limitada capacidade técnica e financeira de algumas entidades públicas. A ausência de mecanismos robustos de fiscalização e a opacidade em contratos de grande escala comprometem a credibilidade e a sustentabilidade de vários projetos.

Outro ponto crítico refere-se à equidade na distribuição dos benefícios. Em sectores como o gás natural ou a mineração, observa-se que ganhos económicos podem não chegar às comunidades locais, o que gera tensões sociais e coloca em causa a legitimidade das PPP. A experiência internacional mostra que projetos mais bem-sucedidos incorporam processos transparentes de consulta, políticas de mitigação de impactos e instrumentos de redistribuição de receitas.

Recomendações

1. Reforço da capacidade institucional

Investir na formação contínua de quadros públicos especializados em negociação, gestão e fiscalização de contratos de PPP. A criação de unidades técnicas com autonomia e recursos adequados pode garantir maior eficiência e equilíbrio nas parcerias.

2. Transparência e participação social

Tornar públicos os documentos contratuais e relatórios de desempenho, permitindo que cidadãos, académicos e organizações da sociedade civil acompanhem a execução dos projetos. A participação comunitária desde a fase de planeamento aumenta a legitimidade das iniciativas.

3. Regulação independente e avaliação de impactos

Estabelecer entidades reguladoras com autonomia funcional e financeira para supervisionar os projetos, avaliar custos e benefícios e fiscalizar padrões de qualidade e segurança. Além disso, recomenda-se a realização de estudos de impacto social e ambiental antes da assinatura de contratos.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4. Promoção de inclusão económica local

Estimular a participação de pequenas e médias empresas nacionais nas cadeias de valor associadas às PPP. Essa medida favorece a diversificação da economia e reduz a dependência de capitais estrangeiros.

5. Diversificação setorial

Explorar o potencial das PPP em áreas sociais, como saúde, educação, saneamento e habitação, garantindo que os benefícios do modelo cheguem a segmentos mais amplos da população e contribuam diretamente para o bem-estar coletivo.

Em síntese, as PPP representam um instrumento relevante para transformar os desafios de financiamento e gestão pública em oportunidades de crescimento inclusivo. A consolidação de um ambiente regulatório estável, aliado à governança participativa e a práticas de transparência, pode assegurar que as PPP não apenas ampliem infraestruturas, mas também fortaleçam a coesão social e a sustentabilidade económica de Moçambique.

REFERÊNCIAS

AKINTOYE, A.; BECK, M. **Public-Private Partnerships**: Policy and Practice. London: Routledge, 2021.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Mozambique Country Strategy Paper 2023–2028**. Abidjan: AFDB, 2023.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique:** Estratégia de Parcerias. Washington, DC: World Bank Group, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARVALHO, A.; LAZZARINI, S. Parcerias público-privadas no Brasil: avanços e desafios. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 3, p. 421–440, 2022. https://doi.org/10.1590/0034-761220210071

CASTEL-BRANCO, C. N. **Economic policy and the political economy of private sector development in Mozambique**. Maputo: IESE, 2014.

FAO. **Public-private partnerships for agribusiness development**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2018.

FRANK, A. G. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.

HANLON, J.; MOSSE, M. **Mozambique's elite – finding its way in a globalized world**. Helsinki: UNU-WIDER, 2010.

HODGE, G.; GREVE, C. Contemporary public-private partnership: Towards a global research agenda. **Financial Accountability & Management**, v. 34, n. 1, p. 3–16, 2018. https://doi.org/10.1111/faam.12128.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

PWC**. Public-Private Partnerships in Mozambique**: Infrastructure and Beyond. Maputo: PricewaterhouseCoopers, 2017.

SARMENTO, J. M.; RENNEBOOG, L. Public–Private Partnerships in Portugal: A cost-benefit analysis. **Applied Economics**, v. 51, n. 3, p. 287–304, 2019. https://doi.org/10.1080/00036846.2018.1497853

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development**. 13th ed. Harlow: Pearson, 2020.

YESCOMBE, E. R. **Public-Private Partnerships**: Principles of Policy and Finance. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2018.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.